

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ROSANE NIETIEDT VIEIRA

**REFLEXÕES E INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Santa Maria/RS
2015

ROSANE NIETIEDT VIEIRA

**REFLEXÕES E INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Rita de Souza Bueno

Santa Maria/RS
2015

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo intervenção compreender a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) para dar vida à escola e criar novas alternativas em prol da melhoria da educação através da gestão democrática. Levando em conta que o PPP deve ser constantemente revisto e readequado a realidade da comunidade onde se insere, por ser um documento norteador, devemos ter um olhar mais atento para sua proposta e colocá-lo em prática no dia-a-dia. O foco da pesquisa é a Reformulação do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso, de Quinze de Novembro/RS. Que teve por objetivo reunir a comunidade escolar para fazer a reformulação do documento, e com a participação de todos, reforçar a importância do mesmo dentro da instituição de ensino. O presente trabalho será fundamentado, dentre outros, nos seguintes referenciais teóricos: Paro (2000 e 2001) e Freire (1983 e 1996). A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, centrada na realidade da escola, envolvendo toda a comunidade, tendo em vista a transformação. Para a pesquisa, foi utilizado um questionário, vinculado a uma abordagem teórica e prática que propiciou subsídios acerca das questões do PPP, sua aplicabilidade e seu significado, para que haja uma educação de qualidade, onde os educandos tenham plena consciência dos seus direitos e deveres, se tornando cidadãos responsáveis pelos seus atos, levando em conta o seu desenvolvimento emocional, cognitivo e a aprendizagem. No final foi feita uma reflexão em grupo, onde se obteve um resultado satisfatório, pois todos participaram e se envolveram na proposta. O estudo concluiu que dentro de uma gestão democrática é de fundamental importância a participação da comunidade escolar na construção e aplicação do PPP.

Palavras chave: Comunidade escolar. Gestão democrática. Prática Pedagógica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA.....	6
2.1 SITUAÇÃO DO PPP.....	8
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
3.1 DIREITO A EDUCAÇÃO.....	11
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	12
4 METODOLOGIA.....	15
4.1 DESCRIÇÃO METODOLOGICA.....	15
4.2. DESCRIÇÃO DAS ANÁLISES DAS AÇÕES.....	17
4.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA	18
5 ANÁLISE DAS AÇÕES PROPOSTAS.....	20
5.1 CONCEITO DE SUJEITO.....	20
5.1.1 CONCEITO DE MUNDO.....	21
5.1.2. CONCEITO DE SOCIEDADE.....	22
5.1.3. FORMAÇÃO DO SER HUMANO PARA SOCIEDADE E MUNDO.....	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

Justificando que a gestão democrática participativa representa a interação entre os diversos segmentos da comunidade escolar, visando o melhor aprendizado e a formação de cidadãos críticos, conscientes dos seus direitos e deveres, e responsáveis pelos seus atos devemos criar estratégias para que a aprendizagem valorize o respeito do “eu” e do “próximo”.

O foco do meu projeto é a reformulação do PPP da escola, que está desatualizado, a escola que estava paralisada no interior do município foi transferida para a cidade em um prédio locado, onde começou com o 1º ano do ensino fundamental, com oito alunos, e gradativamente foi implantado os anos seguintes, agora já contempla o ensino fundamental em sua integralidade, mudou de endereço para prédio próprio, e atualmente conta com 194 alunos. Em 2010, foi feita a última revisão do PPP, meu foco é rever e reformular o projeto e contemplar no mesmo a futura criação dos órgãos colegiados, ainda não existentes, tais como: Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

O objetivo deste projeto é buscar estratégias e parcerias para reformular o PPP e desenvolver nos estudantes o senso crítico e participativo, sempre tendo em vista os direitos e deveres, o respeito ao próximo, a capacidade de liderança com limites, engajar os alunos nas atividades escolares e comunitárias.

Para atingir o objetivo foram necessárias várias leituras, debates e discussões sobre o tema, tais como: Constituição Brasileira (CF), Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação específica existente em outros sistemas de ensino, Regimento Escolar (RE), Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, Leis de criação e regulamentação do sistema de ensino em Quinze de Novembro – RS, Estudo de Caso, Artigos e TCCs publicados por educadores, e outros textos de autores referente ao tema proposto.

No Art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) deixa claro que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O conceito de gestão escolar está intrinsecamente associado ao movimento de fortalecimento da democratização de todo o processo pedagógico, que possibilita a participação coletiva com resultados cada vez mais significativos. A gestão democrática se constitui numa maneira de conduzir a instituição escolar com possibilidades de garantir participação, transparência e democracia. Ressalto também a importância da participação da família e da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), criando-se assim uma oportunidade de articulação entre a sociedade e a escola.

Ao considerar os grandes desafios para que a gestão democrática aconteça, é possível aferir que o processo democrático dentro da escola se torna efetivo e real quando se pode contar com a participação de toda a comunidade, opinando, discutindo, refletindo e interferindo como sujeito participativo.

Segundo Libâneo (2004, p.114), “a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma”, deve estar mobilizada com os atores sociais dentro e fora do ambiente escolar, pois o gestor é o sujeito responsável por facilitar a interação e participação de toda a comunidade, visando o bem comum de todos os envolvidos.

Na minha pesquisa alguns dos destaques são a formação do sujeito, diversidade e o direito a educação, para Santos (2006, p. 462): “Temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso, situa-se na rua Dona Etelvina, nº1260, bairro Colina, cidade de Quinze de Novembro- RS é mantida pela Prefeitura Municipal. A Gestão da Educação é constituída pelo Departamento Municipal de Educação e Desporto com o amparo do Conselho Municipal de Educação. A E.M.E.F Progresso oferece Ensino Fundamental de nove anos, e em 2014, concluiu a primeira turma de nono ano. O quadro funcional conta com 20 professores, sendo 11 nas series iniciais e 09 nas séries finais, 04 funcionários, 03 estagiários, uma Diretora e uma Assessora Pedagógica. Possui um total de 194 alunos matriculados e funciona em dois turnos, manhã e tarde, situa-se na área urbana, nossa região por ser agrícola os alunos na grande maioria são da área rural e se deslocam até o educandário através de transporte escolar oferecido pelo município a escola está inserida em uma comunidade de classe média, na maioria de etnia alemã, os pais são participativos e comprometidos com a aprendizagem dos filhos. Com o empenho do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED) e do Conselho Municipal de Educação (CME) do município, a escola busca a implantação da gestão escolar democrática envolvendo todos os segmentos da comunidade: Direção, Assessoria Pedagógica, Professores, Funcionários, Pais e Comunidade, sob a coordenação do DEMD, encontram-se empenhados em desenvolver uma educação de qualidade e inovadora. A escola se destaca com projetos de reconhecimento regional, estadual e nacional.

O Círculo de Pais e Mestres é atuante, onde participam pais, professores e funcionários e está sempre presente nas tomadas de decisões, atividades e eventos escolares. Em funcionamento desde 01 de março de 1926, a Escola conta com os seguintes Atos Oficiais:

I Decreto Municipal de Criação: nº449/77 de 21 de dezembro de 1977;

II Portaria/Decreto de reorganização nº07903/78, de 25 de maio de 1978, autoriza a designação da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Progresso;

III Portaria Municipal nº1.285/99, de 04 de janeiro de 1999, de acordo com a resolução 001/98, de 03/11/98, do Conselho Municipal de Educação, autoriza a designação Escola Municipal de Ensino Fundamental Progresso;

IV 01/03/2006 – Transferência da escola para o Centro do Município, conforme Portaria Municipal nº2.791/2006, de 21 de julho de 2006;

V 21/09/2013, inauguração e instalação da E.M.E.F. Progresso em novo endereço em novo e moderno prédio próprio, à rua Dona Etelvina, 1260, Bairro Colina.

O Município de Quinze de Novembro possui Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei nº 685/2000 de 16 de Outubro de 2000, e regulamentado pela Lei nº 685/2000, de 16 de Outubro de 2000. Possui também, o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 105/1991 de 19 de Junho de 1991 e alterado pela Lei Municipal nº 218/1993 de 17 de Maio de 1993.

O nosso município conta com o Plano Municipal de Educação (PME), elaborado e adaptado para atender as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em vigor. A EMEF Progresso, pertence ao Sistema Municipal de Ensino de Quinze de Novembro e não possui Conselho Escolar, bem como as demais escolas municipais.

O Conselho Municipal de Educação possui atribuições consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e propositivas, podendo assim emitir resoluções e pareceres, (funcionamento e autorizações de escolas, aprovação de Planos de Estudos, PPPs, regimento interno) seus representantes são definidos em Lei Municipal nº 4.231/2012 de 20 de abril de 2012 os quais são: Professores Municipais, Estaduais, Diretores e representantes do Departamento Municipal de Educação e Desporto (DMED).

Envolvidos com a Educação, também são atuantes os Conselhos: de Alimentação Escolar (CAE), do FUNDEB, da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e RAE – Rede de Apoio às Escolas. Todas as escolas possuem Círculos de Pais Mestres, atuantes e participativos.

Embora preconizada na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB-1996, a gestão democrática da educação por meio da implantação de políticas públicas educacionais ainda precisa avançar muito mais, principalmente nos municípios. Com a criação de sistemas próprios de ensino, conselhos municipais de educação, conselhos escolares, eleições de diretores,

grêmios estudantis, associação de pais, etc. e também, na discussão dos projetos políticos – pedagógicos, planos municipais de educação e o destino dos recursos financeiros da educação.

As principais evidências de que o município de Quinze de Novembro caminha para a ampliação de políticas voltadas para a implantação da gestão democrática são: a criação de Sistema de Ensino próprio, a criação e atuação efetiva do Conselho Municipal de Educação com capacitação dos Conselheiros, a construção coletiva do Plano Municipal de Educação –PME, a construção coletiva do Projeto Político pedagógico –PPP, de cada escola, são realizadas conferências e audiências públicas onde todos tem vez e voz perante as decisões a serem tomadas.

Segundo João Monlevade (2005, p.20):

O plano de educação é olhar de conjunto, é a política que assume a totalidade das demandas, a cientificidade dos processos e a participação dos atores”. Com a possibilidade da participação dos cidadãos na discussão, definição das diretrizes, das políticas, e no acompanhamento da educação do município, dá-se passos importantes na democratização e na produção da gestão democrática na educação.

A EMEF Progresso funciona em prédio novo desde 2013, a diretora e a assessora pedagógica são cargos nomeados pelo Poder Executivo. Não possui conselho escolar. Possui associação Círculo de Pais e Mestres, atuantes, cuja diretoria e ou assembleia são convocados para participarem em decisões da escola e para determinarem a destinação dos recursos financeiros da própria entidade, bem como aqueles recebidos do FNDE, PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola e dos demais projetos da Escola.

2.1 SITUAÇÃO DO PPP

No PPP atual consta que a escola Progresso tem o intuito de trabalhar os valores éticos, políticos, religiosos e outros, com objetivo de formar um cidadão crítico e participativo na sociedade. Respeitando as individualidades e peculiaridades dos alunos. Os professores desempenham o papel de educador desenvolvendo o respeito, a verdade, a amizade, a justiça, a solidariedade, a

competência, a integridade entre outros a fim de corresponder as aspirações dos alunos.

O Município propõe um currículo que busca o desenvolvimento, a aprendizagem e a construção da cidadania, defende a vivência de seu Projeto Pedagógico voltado à formação da pessoa humana, à construção de uma educação de qualidade e uma sociedade justa e democrática.

A escola desenvolve uma metodologia atraente, dialogando com pais e responsáveis, procura oferecer um ambiente de estudo agradável e acolhedor oferecendo recursos didáticos – pedagógicos variados e atualizados. Oferece capacitação profissional e reuniões periódicas a avaliação é através de notas e pareceres.

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi construído de acordo com uma gestão escolar democrática, uma vez que envolveu toda a comunidade escolar, sob a coordenação do DMED. Tendo como base o PPP já existente, realizou-se uma intervenção para sua reformulação, aperfeiçoamento e adequação da escola e seu contexto. Inicialmente, foram realizadas reuniões de estudos e debates com todas as escolas municipais e, após, individualizadas por escola.

Em sua construção / reformulação, o PPP contemplou diversas instancias de estudos, discussões e elaboração: DEMD, Escola, professores, funcionários, pais, Gerencia Municipal de Desenvolvimento Humano, Secretários Municipais, Conselho municipal de Educação, Prefeito Municipal.

Por ser um processo contínuo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação, o PPP é complementado, reformulado a cada período letivo, possibilitando e buscando a melhoria da qualidade de ensino, refletida nos bons resultados da aprendizagem dos alunos e na satisfação da comunidade escolar.

O Sistema Municipal de Ensino caminha para a gestão escolar democrática. O PPP já é uma realidade de Gestão Democrática. A Direção e Assessoria Pedagógica ainda são indicadas pela Administração Municipal, e não há na legislação municipal a previsão de criação e regulamentação de espaços democráticos como o Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e outros.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola tem como parâmetro melhorar a qualidade do ensino, para tanto é essencial que a Gestão Democrática possua um aspecto desafiador para ter um ensino de qualidade, obtendo uma postura inovadora, ser um instrumento de crescimento e de aquisição de eficiência no processo de ensino – aprendizagem. A gestão da escola trata de vários aspectos que envolvem a elaboração e realização do plano, enfatiza sobretudo, o trabalho coletivo, acentua a importância de se conhecer a realidade em que a escola está inserida, quem são os alunos, professores, comunidade, quais suas dificuldades e necessidades. De acordo com Cury (2003, p. 55): “Educar é ser um artesão da personalidade, um poeta da inteligência, um semeador de ideias”. Para Freire (1997, p. 119):

Ninguém educa ninguém, assim como ninguém educa sozinho: alguém só aprende se existir uma pessoa que lhe deseje ensinar. Da mesma forma, alguém só ensinará se houver um indivíduo predisposto a aprender, e o aprender se tornará prazeroso na medida em que for significativo.

A escola encontra-se interligada com o ambiente que cerca o aluno, e seus funcionários, estabelecendo uma relação de dependência entre os diversos setores da Comunidade Escolar, visando o melhor aprendizado e a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos de seus direitos e deveres.

3.1 DIREITO A EDUCAÇÃO

O exercício da cidadania, depende da formação cidadã, é uma das deficiências que a nossa sociedade apresenta para conseguir superar questões essenciais, na busca da diminuição das desigualdades sociais, do respeito à diversidade cultural, às leis e ao trato igual perante a Justiça, entre outros.

A Constituição de 1988 assegura a todos os brasileiros o direito à educação fundamental, entre os 07 e os 14 anos, em 2007 10% da população na faixa etária dos 15 anos ou mais, não estava alfabetizada. O Brasil vem buscando, nos últimos

anos, avançar no processo de consolidação da democracia e ampliar o aspecto político para um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) garante no Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

O ECA 1990 – a cidadania das crianças e adolescentes é inseparável do direito de frequentar a escola, de nela ser respeitado, participar dos processos destinados a sua formação.

O art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é claro: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O Brasil, reconhece o ensino fundamental como um direito juridicamente protegido desde 1934. E passou a reconhecer o direito público subjetivo desde 1988. Em 1967, o ensino fundamental (primário) passa de 4 para 8 anos sendo obrigatório. Hoje ele é obrigatório para as pessoas de 7 a 14 anos, gratuito para todos e, quem não tiver tido acesso a esta etapa da escolaridade, na inexistência de vaga disponível, pode recorrer à justiça e exigir sua vaga. Esse direito público subjetivo está amparado pelo art. 205 da Constituição Federal. De acordo com Cury:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais se tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação, (CURI, 2002, p. 5 e 6).

O debate sobre a diversidade se diferencia nacional e internacionalmente de acordo com o período de contextualização, as principais causas que geram a discussão sobre, identidades culturais, espaciais e territoriais, discriminação, gênero, sexualidade, etnia, religião, língua, etc., são os principais fatores e temáticas que desencadearam um processo de mobilização e discussão sobre a diversidade.

A partir das leis citadas e na articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade ou de reconhecimento da diferença no contexto nacional, é necessária à emancipação social. No Brasil, várias tentativas vêm sendo desencadeadas na tentativa de apontar caminhos para essa situação. Como o processo de reabertura política a partir do ano de 1980 aos dias atuais, foi criando um novo foco de interpretação a respeito de como ofertar a educação pública no contexto das desigualdades socioeconômicas e da diversidade.

Pois a educação é um direito, e deve ser garantido de forma igualitária e justa. O foco central deve ser o sujeito. O pleno desenvolvimento da pessoa não poderia se realizar sem o desenvolvimento efetivo da capacidade cognitiva. A educação, com isto, sinaliza a possibilidade de uma sociedade mais igualitária e humana.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O conceito de gestão escolar está intrinsecamente associado ao movimento de fortalecimento da democratização de todo o processo pedagógico, que possibilita a participação coletiva com resultados cada vez mais significativos. A gestão democrática se constitui numa maneira de conduzir a instituição escolar com possibilidades de garantir participação, transparência e democracia. Também é de fundamental importância a participação da família e da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), criando-se assim uma oportunidade de articulação entre a sociedade e a escola.

São grandes os desafios para que a gestão democrática aconteça mas, ela se torna efetivo e real quando se pode contar com a participação de toda a comunidade, opinando, discutindo, refletindo e interferindo como sujeito participativo.

Considerando que a gestão democrática é um instrumento de transformação das práticas escolares. Segundo Libâneo (2004) a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma.

Por isso a escola deve estar mobilizada com os atores sociais dentro e fora do ambiente escolar, pois o gestor é o sujeito responsável por facilitar a interação e participação da escola com a comunidade, com propostas inovadoras de forma participativa e democrática, visando o bem comum de todos os envolvidos. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores. (Art. 22 da LDB).

O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola de Carlos Roberto Jamil Cury (2002), enfatiza muito o que já garante a LDB e o ECA, a Gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes, funcionários e equipe diretiva na organização, construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola também nos processos decisórios.

A gestão escolar deve ser participativa, colocando na direção da escola pessoas com perfil de gestor democrático, que saiba articular e conduzir o colegiado rumo a conquistas mais significativas através do diálogo constante e aberto com toda a equipe envolvida, a participação da comunidade nas ações da escola torna-se algo de pertinente relevância, pois a escola reflete várias dimensões acerca do que ocorre fora de seus muros, dessa forma não há como não haver uma relação entre as instituições educacionais e a comunidade onde está inserida, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos. Para: Cury:

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nessa perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos. (Cury, 2002, p. 116)

É importante que a comunidade tenha a noção da importância de seu papel na educação. É preciso deixar de lado as velhas convicções de que os processos educativos são dever somente da escola e que esta deve desempenhá-los sozinha.

Segundo Libâneo (2004, p. 102):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e

metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBÂNEO 2004, p. 102)

A escola deve estar aberta ao debate também para a comunidade externa, discutindo as diversas abrangências e fatos importantes à mesma, tendo para isso que organizar-se em tempo e espaço, convocando a todos para participar e entender as funções de cada um e a missão da escola, também pais e alunos para assim debater questões primordiais no processo educativo. Para Paro (2005, p.06):

Levar em consideração as condições que propiciem ao educando fazer-se sujeito na prática pedagógica escolar envolve, entre outras providências, dotar a escola de uma estrutura que esteja de acordo com essa prática democrática. É este, portanto, o problema que se apresenta: que configuração deve ter a estrutura da escola se se adotar, como objetivo a ser atingido, a realização da educação como prática democrática? Até o presente, ao se proporem mudanças visando à democratização da escola, não se tem presente, em geral, essa concepção de educação e, por isso, muito dificilmente se proporá uma estrutura capaz de realizá-la. É preciso superar essa perspectiva, buscando alternativas de estrutura total da escola que, não ignorando a necessária coerência entre meios e fins, sejam compatíveis com uma visão democrática de ensino. Em termos teóricos, isso requer a realização de um exame metuculoso da atual estrutura da escola pública brasileira na busca de formas de sua transformação para adequá-la à educação como prática democrática.

Para tanto a escola deve estar vinculada à realidade de seus alunos estabelecendo a relação entre teoria e prática, de formas flexíveis, inovadoras e críticas, também deve ter a práxis em seu meio, ou seja, momentos de ação reflexão-ação, onde os profissionais devem estar em constante processo de atualização acompanhando a demanda que hoje a sociedade exige. A pesquisa-ação na área da educação é uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar o ensino e o aprendizado de seus alunos.

4 METODOLOGIA

A Pesquisa-Ação, instiga-nos a refletir sobre sua essencialidade epistemológica, também suas possibilidades como práxis investigativa. Através dessa metodologia pretende-se aprofundar as reflexões sobre a importância da pesquisa-ação como instrumento pedagógico e científico, para tanto deve ser uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos e assumir o caráter formativo-emancipatório mediando pesquisas e estudos já realizados. Ela pode ser utilizada de diferentes maneiras, a partir de diversas intencionalidades, passando a compor um vasto mosaico de abordagens teórico-metodológicas.

Segundo Franco (2005) Se alguém opta por trabalhar com pesquisa-ação, por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática. Diz Barbier (2002, p. 117), que o verdadeiro espírito da pesquisa-ação consiste em sua “abordagem em espiral”. Significa que “todo avanço em pesquisa-ação implica o efeito recursivo em função de uma reflexão permanente sobre a ação”. Richardson (1998, p.04) descreve a pesquisa-ação em etapas e define a primeira como:

A primeira etapa, o diagnóstico, o pesquisador identifica e define o problema, estabelecendo as possibilidades de diversas ações para solucioná-lo. Nesta etapa, o pesquisador determina os princípios epistemológicos que orientarão a ação, devendo saber como se produz o conhecimento e a posição dos sujeitos da pesquisa. Por isso, é importante perguntar, questionar, analisar e escrever o fenômeno investigado. Não podemos esquecer que os fatos sociais e as informações sobre esses fatos são influenciados por diversos aspectos do cotidiano das pessoas e das instituições. (RICHARDSON, 1988, p.04)

4.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Para tanto utilizou-se a seguinte metodologia de pesquisa, reuniões com a comunidade escolar e questionários aplicados para professores e funcionários, com o objetivo de alcançar as metas pré-estabelecidas pela equipe de professores, que estarão estudando e montando a nova proposta, foram criados debates entre o grupo para haver uma maior democracia na reformulação do PPP.

Os debates aconteceram em quatro momentos: Primeiramente ocorreu uma reunião de estudos sobre o tema, juntamente com a Direção, Assessoria Pedagógica da Escola e equipe do DMED.

O segundo passo foi a mobilização dos professores para estudar estratégias, objetivos, finalidades e montar o cronograma das atividades a serem desenvolvidas.

O terceiro passo realizou-se a compilação dos dados e manifestações.

Para concluir aconteceu uma ampla discussão sobre a reformulação do PPP contemplando-o com as propostas e estratégias para que aja uma educação de qualidade onde o educando tenha plena consciência dos seus direitos e deveres se tornando um cidadão responsável pelos seus atos.

Tal perspectiva está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – lei n. 9.394/96):

Art. 14º – Os sistemas de ensino definirão a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

Por isso, o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 é claro:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quadro 1 - Resumo das ações do Projeto de Intervenção realizadas até o momento

Data e Ação Realizada	Participantes / Segmentos	Objetivos	Estratégias /Procedimentos	Aspectos positivos	Dificuldades/desafios
Pesquisa de opinião, reunião de Início do ano letivo. 20/02/2015.	Professores, funcionários e Equipe do DMED	Participação e envolvimento da equipe na construção das propostas previstas para o ano de 2015.	Reunir a comunidade escolar para reformulação do PPP	Interesse pelo assunto.	Curto espaço de tempo, desafiar o grupo para a inovação, desacomodar. Mudança gera conflitos e demanda de atividades extras às pessoas que geralmente estão sobrecarregadas. Há dificuldades quanto o cronograma proposto.
Reunião pais 05/03/2015.	Pais, professores, alunos, Direção e Equipe do DMED	Abertura do Ano Letivo com apresentação das propostas previstas para o ano de 2015; sensibilização dos participantes para a implementação de ações que visem ao aperfeiçoamento da Gestão Democrática no Ensino Municipal.	Apresentação do PPP, esclarecimentos acerca do que é o PPP com leitura, diálogos e debates.	Colaboração, envolvimento e participação dos pais.	Curto espaço de tempo, dificuldade de reunir a comunidade escolar. Desacomodação e sensibilização dos seguimentos envolvidos
Reunião de avaliação dos resultados 10/04/2015	Equipe gestora juntamente com a equipe do DMED	Estudar e avaliar os resultados. Dar andamento ao processo das ações previstas para o ano letivo de 2015.	Observação dos aspectos elencados através da pesquisa e discussão do assunto Previsão das ações seguintes especialmente relacionadas a questões legais	Colaboração e envolvimento da equipe.	Curto espaço de tempo.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES

Realizou-se pesquisa de opinião entre professores e funcionários em reunião de início de ano letivo, reunião de pais, reunião de avaliação dos resultados, onde participaram os segmentos, pais, professores, funcionários e equipe do DMED. Os objetivos que se pretendia alcançar eram, participação e envolvimento da equipe na construção das propostas previstas para 2015, apresentação e revisão do PPP para toda equipe inclusive aos pais para a sensibilização e implementação das ações para o aperfeiçoamento da gestão democrática e a avaliação dos resultados.

Estratégias e procedimentos utilizados, reuniu-se a comunidade escolar para a reformulação do PPP, esclarecendo aos pais a importância do mesmo na vida escolar dos seus filhos através de leitura, diálogo e debates, foi feita a previsão das ações a serem realizadas especialmente relacionadas a questões legais. Os aspectos positivos foram o interesse pelo assunto a colaboração e o envolvimento dos pais e de toda a equipe. As dificuldades encontradas, o curto espaço de tempo, desafiar o grupo para a inovação (desacomodar) porque mudança gera conflitos e a demanda de atividades extras, sensibilizar todos os segmentos envolvidos. Próximas ações a serem desenvolvidas, agendar reuniões de estudo, pois o processo de implementação é lento e está em desenvolvimento, buscar maior envolvimento e esclarecimentos e fundamentações para a implantação do Conselho Escolar e demais órgãos e entidades de participação na escola, através do DEMED buscar a viabilização legal e/ou normatização através do Conselho Municipal de Educação das ações previstas, agendar a explanação do trabalho para toda a comunidade escolar.

4.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Em minha pesquisa queria saber: A) o conceito de sujeito; e B) que sujeito quero formar para a sociedade e para o mundo. Para isso, foi entregue um questionário aos professores e funcionários da escola, dos dezessete questionários

enviados, retornaram apenas cinco – que foram respondidos pelos docentes. Os quais estarei identificando como as respostas dos: a) Professor 1; b) Professor 2; c) Professor 3; d) Professor 4; e) Professor 5.

Na análise do questionário percebi que algumas respostas foram pesquisadas e copiadas do Google, pode ser por insegurança de alguns entrevistados ou por falta de hábito de pensar e se desafiar a colocar suas opiniões no papel. Também devemos levar em conta a falta de tempo, pois a maioria dos entrevistados trabalham sessenta horas. A análise foi feita de forma crítica e reflexiva, levando em conta todas as respostas numa perspectiva de melhoria na qualidade do ensino, dando autonomia aos envolvidos para construir o PPP, pois acredita-se que a participação da comunidade escolar na construção do documento norteador da escola é o primeiro passo para uma gestão democrática.

A escola e seus sujeitos, tem a potencialidade de exercer um papel fundamental de vigilância em prol da afirmação de direitos recíprocos que precisam ser exercidos no seu interior e junto às suas comunidades. Nesse processo, desenvolve-se a aprendizagem, não apenas das informações, mas, também, dos conceitos, dos valores assumidos pelos sujeitos, sobretudo, a aprendizagem dos contextos em relação aos quais esses elementos adquirem significados.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948, consta que, os direitos humanos são fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e promover o progresso social e melhores condições de vida numa liberdade mais ampla. Destaco alguns artigos que referem o tema (ONU, 1948):

I - Todas os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

VII- Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

XIX- Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir Informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Vale retomar que de dezessete questionários entregues apenas cinco retornaram respondidos, este é um dado importante de pesquisa, já que expressa o envolvimento e comprometimento dos participantes em relação à proposta de intervenção e com o instrumento de pesquisa.

5 ANÁLISE DAS AÇÕES PROPOSTAS

A aprendizagem é um processo pelo qual a criança se apropria ativamente do conteúdo da experiência vivenciada e daquilo que seu grupo social conhece. Para que a criança aprenda, ela precisa interagir com outros seres humanos. Nesta interação, a criança vai gradativamente ampliando sua maneira de lidar com o mundo e vai construindo significados para as suas ações e para as experiências. Para Paro (2001):

[...] atingimos um estágio em nosso desenvolvimento histórico em que grande parte de que aprendemos da herança cultural, se dá no seio da família, pelo contato com vários grupos sociais com que nos relacionamos ou pela mídia, das mais diferentes formas, tem-se a impressão de que a educação acontece naturalmente, quando na verdade ela é uma criação humana que visa superar, pelo menos em parte, a diferença entre o que conhecemos ao nascer e tudo aquilo que a humanidade criou de saber desde que o homem existe na face da terra. (PARO, 2001, p 21).

Ainda, segundo Wajnszteejn (2005, p. 35):

A aprendizagem é um processo interno pessoal, que ocorre dentro do sujeito. No entanto, só as ações manifestas ou os comportamentos do sujeito, o que ele faz, diz ou produz, permitem um observador externo concluir se houve ou não aprendizagem, na extensão e na competência desejáveis. Para que haja aprendizagem é necessário a ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento.

O processo de aprendizagem pode ocorrer dentro e fora da escola, sob a forma de conhecimentos, ações, habilidades, procedimentos, etc., para tanto é de fundamental importância a participação de todos os envolvidos na criação e reformulação do PPP da escola, sempre contemplando a gestão democrática.

5.1 CONCEITO DE SUJEITO

Analisando as respostas da questão 1 questionário, percebe-se que, em um contexto geral, os entrevistados classificam o sujeito com inúmeras possibilidades, capaz de tomar suas próprias decisões, um sujeito em constante evolução. Por isso, a importância da gestão democrática na atualidade, pois o educando já vem com um conhecimento de mundo significativo. Para exemplificar, seguem as falas dos professores:

Sujeito é um ser que apresenta possibilidades de construir conhecimento, através de diversas relações. Esse conhecimento se constrói através de aquisição do saber, observação, classificação e realizar conexões e diversas ações realizadas no seu cotidiano. (Professor 1, 2015)

Ser humano dotado de inúmeras capacidades, capaz de discernir o certo do errado, podendo, vez e outra equivococar-se, cometendo injustiças, por/ou sem querer. (Professor 2, 2015)

Um ser humano dotado de capacidades e inteligência capaz de tomar decisões, discernir entre o certo e o errado, tomar suas próprias decisões. (Professor 3, 2015)

Um ser humano que tem sonhos e desejos, um ser capaz de pensar, de ensinar e aprender, interagir com o ambiente e a sociedade, capaz de refletir e tomar decisões para melhorar sua vida e o mundo. (Professor 4, 2015)

Sujeitos somos todos nós, podendo ser compreendido como um indivíduo capaz de raciocinar, agir livremente e dominar os objetivos do mundo. Além disso, um ser capaz de exercer direitos e também assumir e cumprir obrigações. (Professor 5, 2015)

Analisando as respostas se percebe que são bem sucintas mas com um potencial bastante rico no que se refere as capacidades do sujeito, refletindo sobre um sujeito pensante, construtor de conhecimento, dotado de inúmeras capacidades, capaz de aprender, ensinar, raciocinar, saber o certo e o errado. Partindo desse contexto os professores nos passam uma ideia de sujeito inacabado, um ser que vem ao mundo para aprender, se aperfeiçoar para evoluir onde cada um tem direito de tomar suas próprias decisões tanto para o bem quanto para o mal cada um arcando com suas escolhas.

5.1.1 CONCEITO DE MUNDO

Tudo em nós está em nosso conceito do mundo; modificar o nosso conceito do mundo é modificar o mundo para nós, isto é, modificar o mundo, pois ele nunca será, para nós, senão o que é para nós.

(Fernando Pessoa).

Essa pergunta do questionário era sobre o conceito de mundo. O propósito dessa pergunta era verificar que conceito os entrevistados possuíam, conclui-se que, o mundo social é uma estrutura onde seus membros procuram desenvolver papéis diferentes e com muitos objetivos, é o espaço onde se cria e se constrói

ideias. Para tanto temos que ter, bem claro, qual o ser humano que queremos formar para a sociedade? As falas abaixo referem-se a questão 2 do questionário:

É tudo aquilo que constitui a realidade. O mundo social é uma estrutura onde seus membros procuram desenvolver papéis diferentes e com muitos objetivos, é o espaço onde se cria e se constrói ideias. É o local onde vivemos e se estamos neste mundo não por acaso, mas sim porque precisamos fazer a diferença. (Professor 1, 2015)

Mundo é tudo que nos cerca é um todo do qual fazemos parte, e que está em constante mudança. Somos seres de mundo! (Professor 2, 2015)

É o local ou ambiente em que o ser humano vive e interage, aprendendo e buscando estratégias para interagir nesse ambiente (mundo). (Professor 3, 2015)

Ambiente onde vivem seres vivos dotados ou não de inteligência, capazes de agir ou interagir no meio onde vivemos. (Professor 4, 2015)

Espaço de pessoas/ sujeitos em um determinado espaço. O mundo vive um processo de modificações econômicas, sociais, políticas e culturais. Vivemos um momento histórico marcado intensamente pela globalização e uso da tecnologia. O nosso mundo é resultado de todas essas modificações. (Professor 5, 2015)

Em se tratando de conceito de mundo os entrevistados de reportam como um espaço onde se cria e se constrói ideias, onde interagimos e buscamos evoluir como sujeitos. Fazendo uma reflexão mais ampla se percebe que realmente estamos de passagem e somos todos iguais cada um na sua especificidade. Vivemos um momento histórico marcado pela globalização e tecnologias e importantes mudanças políticas, sociais e culturais, que vem causando mudanças significativas num contexto geral.

5.1.2 CONCEITO DE SOCIEDADE

Partindo das respostas do questionário entende-se que estamos bem conscientes do ser humano que queremos ajudar a formar para a sociedade, e que estamos no caminho para efetivação de uma gestão democrática. Visto que, o interesse pelo assunto a colaboração e o envolvimento de todos nas ações realizadas, já demonstra o interesse de toda a comunidade escolar para melhorar a aprendizagem e envolver todos os educandos nas ações que demandam na escola.

Uma sociedade é uma rede de relacionamentos sociais que são seguidos pelas pessoas que fazem parte desta organização. Essa sociedade é um sistema de valores, normas, posições e papéis. (Professor 1, 2015)

Grupo de pessoas que lutam pelo mesmo ideal, compartilham propósitos preocupações e costumes, que interagem entre si, buscando objetivos semelhantes e compartilham preocupações mutuas sobre um objetivo comum. (Professor 2, 2015)

Sociedade é a relação dos seres humanos entre si e com o mundo em que estão inseridos, interagindo uns com os outros e com o ambiente a fim de buscar um mundo melhor. (Professor 3, 2015)

Sociedade, em minha concepção, é um espaço que deve ter como princípio o cumprimento dos direitos humanos, garantindo o desenvolvimento do sujeito na sua totalidade e respeitando as diferenças. A educação tem um papel primordial na construção de uma sociedade mais justa, buscando cidadãos conscientes e conhecedores de sua realidade e capazes de interferir positivamente em prol de mudanças qualitativas. (Professor 4, 2015)

Conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e que interagem entre si constituindo uma comunidade. É uma rede de relacionamentos entre pessoas que vivem juntas, que compartilham interesses, preocupações mútuas sobre um objetivo em comum. A sociedade controla ações individuais, o indivíduo aprende a seguir normas que foram criadas por ele, apesar de ser autônoma em suas escolhas, porém essas escolhas estão dentro dos limites que a sociedade impõe, pois caso o indivíduo ultrapasse as fronteiras impostas será punido socialmente. (Professor 5, 2015)

Analisando respostas acima percebe-se uma preocupação em relação do desenvolvimento do sujeito respeitando as diferenças, assim construindo uma sociedade mais participativa e justa, onde cada um desenvolve um papel importante para o convívio em grupo.

5.1.3 FORMAÇÃO DO SER HUMANO PARA SOCIDADE E MUNDO

Os professores, de modo geral, reconhecem a importância da interação entre o grupo para a formação da cidadania, entendendo que é necessário se conhecer para exercer seus direitos. Dessa forma, pressupõe-se que a convivência e atividade conjunta do homem, organizada conscientemente, pode ser um caminho para que os diversos grupos étnicos possam pertencer a diferentes níveis ou classes sociais, e que juntos desenvolvam características para construir uma sociedade que partilha de interesses comuns.

As questões abaixo se refere a que ser humano queremos formar para a sociedade/ mundo:

Cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, solidários, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política e aptos a construir uma sociedade mais justa. Um ser humano inventivo, participativo, cooperativo, preparado para a diversidade, que tenha sensibilidade, diante de situações que requerem cautela, e que tenha uma formação humana plena. Um ser humano mais feliz. Um ser humano capaz de interagir com o mundo que lhe cerca, capaz de saber ouvir, falar, diferenciar e participar ativamente da sociedade a qual pertence sempre buscando transformá-la para melhor. (Professor 1, 2015)

Formar um ser humano que seja capaz de ouvir e buscar o conhecimento e saber aplicá-lo, buscando alternativas para transformar a sua realidade e construir um mundo melhor, buscando construir valores morais e atitudes éticas que tornem o jovem um cidadão responsável e de bem. (Professor 2, 2015)

Um ser humano democrático responsável partindo da realidade onde vive, favorecendo a construção da aprendizagem significativa com espírito crítico e participativo que se torne um cidadão consciente capaz de interagir e intervir na sociedade e no mundo do trabalho, dentro de um processo de humanização baseado na ética, na justiça social e fraterna. Onde todas as suas emoções sentimentos e ações sejam frutos de experiências adquiridas pelas suas relações pessoais e formação. (Professor 3, 2015)

Um ser humano pensante e atuante no mundo. Um ser capaz de avaliar e contestar os acontecimentos e ações realizadas e impostas pela sociedade em que vivemos. (Professor 4, 2015)

Um ser humano pensante e atuante, que aplique o que aprendeu em seu convívio familiar e com a sociedade. Um sujeito crítico quando preciso for, e criativo para que o convívio com o outro seja harmonioso, e livre de qualquer tipo de preconceito e/ou indiferença. (Professor 5, 2015)

Percebe-se que todos os educadores se reportam bastante no que se refere a alunos pensantes, atuantes no contexto em que vivem, que sejam sujeitos críticos, no mundo em que vivemos as coisas acontecem muito rápido é muita inovação e tecnologia para tanto o papel da escola também vem mudando tendo que inovar para acompanhar e preparar sujeitos que tenham condições de discernir referente ao que querem.

O professor como profissional reflexivo, seleciona e constrói sua forma de agir com os educandos se envolvendo totalmente. A mudança na educação depende dos educadores e da sua formação, para formar uma sociedade inclusiva e justa, a gestão democrática é, com certeza, o primeiro passo para alcançar êxito na educação e formar cidadãos responsáveis e críticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se na reformulação do Projeto Político Pedagógico, que os mecanismos escolares vem melhorando e alcançando os objetivos propostos, principalmente no que se refere à participação da comunidade, no desenvolvimento das ações educacionais e com maior interesse pelo aprendizado por parte dos alunos. Na escola constatou-se alguns avanços nos aspectos, tanto metodológico como administrativo considerando que o Projeto Político Pedagógico inicia-se a partir de um ideal e caminha até transformar-se em realidade, com um olhar e uma perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. Transformar este documento em um retrato da escola, uma ferramenta gerencial para auxiliar na definição das prioridades estratégicas, convertendo as prioridades em metas de aprendizagem, e constantemente medir os resultados e avaliar o próprio desempenho é o que vem se trabalhando com essa pesquisa, pois o PPP deve ser fonte inspiradora de todos aqueles que constroem a sua história educacional.

Um dos maiores avanços que houve na escola foi a participação e o envolvimento de toda comunidade escolar no processo ensino-aprendizagem, pois o PPP deve ser vivo no educandário e ser constantemente readequado para a realidade do educando, inserindo-o num contexto cultural, social, ético e cognitivo.

Incentivou-se a todos a participar atentamente das atividades propostas, de forma a oferecer um ensino qualitativo, definindo, assim, ações a serem desenvolvidas pelos educadores e apresentando com clareza e simplicidade os conceitos fundamentais e indispensáveis para a obtenção de êxito no processo. Na pesquisa constatou-se que os professores tem um amplo conhecimento no que se refere a formação do ser humano e estão engajados na preparação dos alunos para a vida em sociedade.

Destaca-se ainda que a gestão democrática é o caminho para envolver os educandos e cativar o interesse deles pelos estudos, com a comunidade escolar toda opinando e participando do processo de planejamento percebe-se que estamos no caminho certo para a formação de cidadãos críticos, que tenham pleno conhecimento do que querem para si e para a sociedade em que se inserem. Para

tanto, devemos ter gestores que tenham essa visão de mundo e sejam flexíveis e sempre abertos ao diálogo. A gestão democrática implica na ruptura dos modelos tradicionais de gerenciamento e impõe mudanças no âmbito das escolas e dos sistemas de ensino.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p.18).

Com estes estudos percebeu-se alguns aspectos importantes a serem pensados no decorrer do processo, constatamos a importância do pensar a adversidade. Para isto, é necessário pensar a gestão de forma diferente e buscar modificar as práticas utilizadas, visando a melhoria da qualidade da educação. Os desafios encontrados, principalmente nos dias atuais, devem ser enfrentados, tendo em vista a necessidade de inovação para a superação dos problemas encontrados no dia-a-dia da escola. Neste contexto, é importante o trabalho participativo e a valorização de ideias novas trazidas pela comunidade escolar, para que todos se sintam integrantes do processo educativo. A importância de se implementar projetos que visem a melhoria do processo de ensino-aprendizagem por meio de ações que priorizem o desenvolvimento integral do aluno e a participação efetiva de todos.

REFERÊNCIAS

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

Biblioteca Geral/Sala III Projeto Vivencial/PV1/RICHARDSON **Como fazer Pesquisa Acao.pdf**. Acessado em 04/07/2015. BRASIL, 1988 – Constituição Brasileira;

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**;

BRASIL, Lei nº 8.844, de 13 de maio de 1992. **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**;

CURY, C.R.J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.116, p.245- 262, jul. 2002a.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 9.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURY, C.R.J. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios**. Cury, 2002, p. 165.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS- Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 194.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 14ª e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16ª e. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Adriana; GANDIN, Danilo. **Gestão Democrática e Planejamento Participativo**. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Org.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. São Paulo, 1994.

Gestão democrática da educação pública/www.ifrn.edu.br/MONLEVADE JOÃO O **Conselho de Educação e o Plano Municipal de Educação**. Acessado em 10 de outubro de 2015.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

PPP, Projeto Político Pedagógico—Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro. RS, Departamento Municipal de Educação de Desporto, EMEF Progresso.

VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível. Campinas, SP: Papirus, (1997, p.18).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **As dimensões do Projeto Político Pedagógico**. 2ª e. São Paulo: Papirus, 1994.

PARO, Vitor Henrique- **Estrutura da escola e prática educacional democrática**- disponível em: (Sala PGE - Vitor Paro estrutura da escola e gestão democratica.pdf). Acessado em 04/07/2015.

SANTOS, B.S. **Uma concepção multicultural dos Direitos Humanos**. Lua Nova, São Paulo, n. 29, p. 105-124, 1997.

WAJNSZTEJN, R., WJNSZTEJN, A. C., **Dificuldades escolares um desafio superável**, Ártemis Editorial, São Paulo, 2005